

O que podemos esperar dos investimentos em 2018?

Bruno Madruga (*)

Nos últimos meses, assistimos uma deterioração das expectativas do mercado financeiro, tanto no campo externo quanto no doméstico

Esse cenário culminou em uma queda de -4,76% no Ibovespa até o último pregão de junho, eliminando o crescimento dos primeiros meses do ano. No exterior, três grandes fatores foram os responsáveis por esse declínio: o aumento da taxa de juros americana; a tensão comercial entre Estados Unidos e China; e o enfraquecimento da economia chinesa. Isso trouxe uma percepção de maior risco para os mercados emergentes e impactou negativamente o mercado brasileiro.

Já no campo doméstico, dados de atividade econômica mais fracos, que desapontaram os investidores, e a recente greve dos caminhoneiros trouxeram uma incerteza ainda maior. Assim, a expectativa de um PIB de 3% de alta nesse ano, caiu para 1,5%. No cenário político, a incerteza é ainda maior, visto que as candidaturas que estão à frente das pesquisas se mostram menos comprometidas com as reformas necessárias ao Brasil. Esses fatores ocasionaram uma queda de 20% na Bolsa de Valores desde meados de maio até o final de junho.

A incerteza também afetou os Fundos Multimercados, os Fundos Imobiliários e até mesmo Títulos de Renda Fixa de maior prazo, pois vimos as taxas de juros longas, com vencimentos em 2023 e 2025, subirem forte no momento de stress, assim como o dólar, que

chegou a atingir patamares próximos a R\$ 4,00.

Para o próximo semestre, a percepção de risco não deve diminuir, por outro lado, também vemos que os preços das ações de algumas empresas ficaram muito atrativos após a forte queda, o que pode trazer o capital estrangeiro novamente e apoiar uma eventual retomada do mercado acionário e das expectativas positivas da economia.

Desta forma, o mercado deve continuar volátil e desafiador neste semestre. Trabalhamos com a taxa Selic em 6,5% ao ano até o fim de 2018, e um cenário do Ibovespa na casa de 90 mil pontos, pressupondo a eleição de um governo comprometido com as reformas que o país precisa. Caso isso se confirme, a expectativa de crescimento do Brasil deve aumentar, beneficiando empresas locais.

Para os investidores, ações do setor financeiro, como os bancos, ficarão mais atrativas para aquisição. Os Fundos Imobiliários também merecem atenção, pois a queda das cotas deixou o dividendo (distribuição de lucro) mais atrativo, assim como os Fundos Multimercado, que também caíram, e agora podem retomar pela possibilidade de trabalharem ativos mais elaborados (juros, moedas, etc.).

Portanto, o cenário atual pede cautela e bastante paciência dos investidores financeiros, mas as crises também abrem excelentes oportunidades!

(*) - É sócio e head de Renda Variável e Derivativos da Monte Bravo, empresa de assessoria de investimentos que figura entre as três principais do país.

Maduro assume "responsabilidade" por crise econômica da Venezuela

Miraflores Palace/Handout/Reuters



A Venezuela atravessa uma severa crise econômica.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, reconheceu na última segunda-feira (30) sua 'responsabilidade' na grave crise econômica que afflige o país e estimou precisar de dois anos para 'conseguir' uma recuperação com 'alto nível de estabilidade'. "Os modelos produtivos que testamos até agora fracassaram, e a responsabilidade é nossa, é minha. Precisamos levar a diante o poder econômico que temos", disse Maduro, em uma sessão de trabalho do IV congresso do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Apesar de sua enorme riqueza em recursos, a Venezuela atravessa uma severa crise econômica, resultando em uma escassez de alimentos básicos e remédios, má prestação dos serviços públicos e uma altíssima inflação que o FMI estima fechará em 1.000.000% neste ano. O governo venezuelano atribui o fraco desempenho da sua economia a uma "guerra" liderada pelos Estados Unidos junto a fatores de oposição interna e da região, mas agora o próprio Maduro pediu aos

seus ministros que troquem as desculpas por resultados.

Para enfrentar a crise, o presidente venezuelano anunciou uma série de medidas que incluem retirar cinco zeros das notas de bolívar, rever as mudanças na lei, efetuar o censo da frota para promover o "uso racional" da gasolina e aumentar os impostos para importação de bens de capital.

Maduro disse que estima mostrar "os primeiros sinais da nova prosperidade" em dois anos. Analistas consultados disseram que o plano de recuperação de Maduro é "insuficiente", entre outras coisas, por não contar com ajuda financeira internacional.

No entanto, o presidente insistiu hoje que a "Venezuela tem tudo para ser uma potência média no contexto latino-americano" e ratificou que seu governo tem como meta elevar a produção de petróleo, motor da economia da nação, para seis milhões de barris por dia. Segundo o último relatório da OPEP, elaborado a partir de fontes secundárias, a Venezuela bombeia apenas 1,39 milhão de barris diários (Agência EFE).

Botijão de gás entre os itens da cesta básica

A Câmara analisa o projeto do deputado Roberto de Lucena (Pode-SP), que inclui um botijão de gás de 13 kg entre os itens da cesta básica. Para ele, o gás de cozinha é um item de necessidade básica e merece tratamento tributário diferenciado. "Durante o

ano passado houve uma explosão no preço deste produto (a maior alta desde 2002), que subiu 67,8% nas refinarias para envase em botijões de 13 quilos usados em residências", disse.

"Para o consumidor final, o gás ficou 16% mais caro em 2017 e

Parlamentares se preparam para esforço concentrado após convenções

Oficialmente o recesso parlamentar termina hoje (1º), mas, na prática, os corredores da Câmara e do Senado devem continuar esvaziados até a semana que vem

É que no próximo fim de semana, pelo menos 11 partidos políticos, entre eles os maiores, como PSDB, PT e DEM vão realizar suas convenções nacionais. Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), em agosto, a ideia é fazer duas semanas de esforço concentrado para a votação de matérias.

A primeira seria logo após as convenções nos dias 7 e 8 de agosto. Depois disso, nos dias 28 e 29, senadores e deputados dariam uma pausa nas articulações de campanha em seus estados para voltar ao Congresso. Em setembro também haverá uma semana de votação, mas a data ainda não foi fechada entre Eunício e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Também não está definida a pauta do semestre com os líderes partidários, mas segundo Eunício a ideia é priorizar pautas leves. "O povo está cansado de pautas pesadas. Vamos falar de coisas boas", disse. Um dos projetos que ele pretende colocar em pauta é o



Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, em agosto, a ideia é fazer duas semanas de esforço concentrado para a votação de matérias.

que institui a Política Nacional para Doenças Raras no SUS. "O fornecimento de remédio para doenças raras é uma questão muito importante", afirmou.

O Senado está com a pauta cheia de propostas que vieram da Câmara e são consideradas importantes pelo governo. Uma delas é a que regulamenta o

distrito para quem desiste da compra de um imóvel na planta. Outra matéria é a que viabiliza a venda de seis distribuidoras de energia do Norte e Nordeste controladas pela Eletrobras. Já a Câmara ainda precisa votar matérias que fizeram parte do acordo que pôs fim à greve de 11 dias dos caminhoneiros. Entre as que já trancam a pau-

ta da Casa está a que determina que os veículos de transporte de cargas que circularem vazios ficarão isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos. Outra matéria nessa situação é a que define que a Conab contratará transporte rodoviário de cargas para até 30% da demanda anual de frete da empresa (ABR).

Abrir a caixa preta dos planos de saúde é 'prioridade'

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Marta Suplicy (MDB-SP), classificou como uma vitória social a decisão da ANS de revogar a Resolução Normativa 433, que permitiria aos planos de saúde cobrar até 40% de cada procedimento dos seus usuários, além de estabelecer tetos mensal e anual para o quanto os consumidores poderiam gastar.

A ANS admite que decidiu revogar a norma "devido às manifestações de apreensão da sociedade". No texto, a Agência garante que realizará uma nova audiência, em data a ser acertada, que contará com amplo acesso de todas as partes interessadas no tema. "Nos reuniremos com as principais instituições públicas que se manifestaram, com o objetivo de ouvir suas sugestões visando a construção de um entendimento uniforme", informou.

A presidente da Comissão, Marta Suplicy (MDB-SP) se manifestou: "Vamos exigir respostas da Agência, que tem sim a obrigação, como órgão regulador, de atender o interesse dos usuários. A palavra é: transparência! Vamos abrir a caixa preta dos planos de saúde. Queremos a redução dos custos já". A senadora incluiu no que chamou de "abertura da caixa preta" a garantia de transparência quanto à forma com que a ANS determina os aumentos anuais dos planos de saúde.

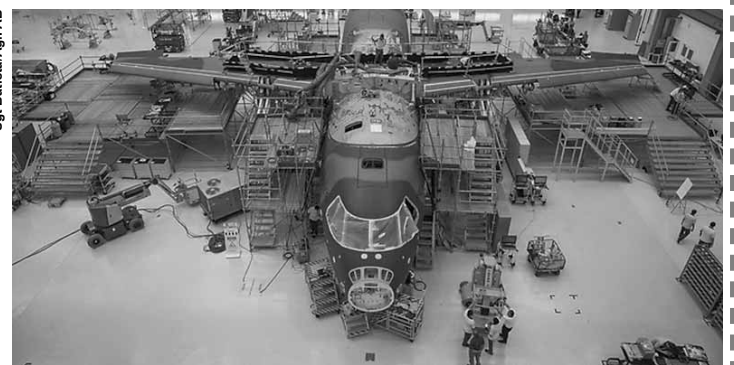
Marta pondera que os reajustes nos planos coletivos - "que são os que mais sobem, pois não tem limites de reajuste anual" - influenciam decisivamente os aumentos nos planos individuais. "As pessoas não têm, individualmente, a mesma força de grupos para fazer negociações com o mercado. Portanto, a ANS tem de rever estes aumentos e metodologia dos cálculos. Deixar tudo às claras. Na volta do recesso, retomaremos isso certamente, com amplo apoio dos senadores. Não vamos tolerar mais abusos deste setor" (Ag.Senado).

Plenário da Câmara discute negociações para venda da Embraer

A Embraer e a Boeing anunciaram que pretendem operar em parceria, em sistema de joint venture, os negócios e serviços de aviação comercial da empresa brasileira. A companhia norte-americana vai pagar US\$ 3,8 bilhões para ficar com 80% do controle da nova operação. O acordo entre as duas empresas também prevê outra joint venture no mercado de defesa.

Toda a negociação precisa de autorização federal porque, embora tenha privatizado a Embraer em 1994, o governo possui na empresa ações de caráter especial, chamadas de "golden share", com direito a veto. A União deu aval para que a Embraer e a Boeing divulgassem as negociações, mas somente vai analisar o negócio após as eleições de outubro, já com um novo presidente da República eleito.

Autor do pedido para a realização da comissão geral sobre a venda da Embraer, o deputado Flavinho (PSC-SP)



Fundada em 1969, a Embraer foi privatizada em 1994.

avalia que tem faltado transparência sobre os termos do possível acordo comercial entre a empresa brasileira e a norte-americana. Segundo Flavinho, há uma grande preocupação, especialmente dos cerca de 18 mil trabalhadores da Embraer, sobre o futuro da empresa e a manutenção de empregos no País. "Todo mundo quer saber se vão ter essa segurança de que trabalho e emprego serão mantidos".

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Beto Mansur (MDB-SP) avalia que a parceria

entre a Embraer e a Boeing poderá trazer resultados positivos, inclusive para que a empresa brasileira possa se manter competitiva no mercado internacional de aviação. Mansur não acredita que uma concretização futura da negociação leve a demissões na Embraer. A comissão geral sobre a venda da Embraer será a principal atividade no Plenário da Câmara nesta semana. A retomada das votações na Casa está marcada para a próxima terça-feira (7) - (Ag. Câmara).

Projeto cria lei de proteção da caatinga, com restrição a desmatamento

A caatinga, maior bioma exclusivamente brasileiro, poderá ganhar uma lei de proteção ambiental, com meta de preservação, proibição de desmatamento e zoneamento ecológico-econômico (ZEE). As medidas constam no projeto do deputado Zeca Cavalcanti (PTB-PE), em tramitação na Câmara. O bioma terá como meta de preservação pelo menos 17% da sua área, por meio de unidades de conservação de proteção integral, a ser alcançada em cinco anos.

A caatinga ocupa 844,4 mil km², abrangendo a maior parte do Nordeste e áreas de Minas Gerais. Será vedada a supressão de vegetação nativa, exceto em caso de utilidade pública, interesse social e atividades de baixo impacto, como abertura de pequenas vias e implantação de estruturas destinadas a ecoturismo. O corte, a supressão e o uso da vegetação nativa dependerão de autorização de órgão integrante do Sisnama.



O bioma já perdeu quase 46% de sua cobertura vegetal original.

Também, será proibida a produção e o comércio de lenha e carvão vegetal oriundos de ecossistemas nativos da caatinga, exceto para fins de subsistência.

O objetivo do projeto, de acordo com o deputado Zeca Cavalcanti, é conter o desmatamento da região e conciliar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável. "A caatinga é a região brasileira mais vulnerável às mudanças

climáticas", disse o deputado.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, citadas pelo deputado, o bioma já perdeu quase 46% da sua cobertura vegetal original. Os dados disponíveis apontam uma taxa média de desmatamento de 2,2 mil km² por ano entre 2002 e 2011. O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Meio Ambiente; e Constituição e Justiça (Ag. Câmara).